

X CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA

Desconfiança e Apoio Contemporâneo à democracia: fatores socioeconômicos e políticos associados.

Maria Vitória de Almeida¹
Mayara Rachid²
Beatriz Mezzalira³

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP) en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019,

México, 2019

¹ Doutoranda em Ciência Política pelo IFCH/UNICAMP e membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras/CESOP). Bolsista Capes. E-mail:marividealmeida@gmail.com

² Mestranda em Mudança Social e Participação Política pela EACH/USP e membro do Grupo de Estudos em Educação, Sociedade e Políticas Públicas (GEPESPP)

³ Graduanda em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP e membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras/CESOP). Bolsista Fapesp (Nº do Processo: 2019/05709-4). E-mail:beatriz.a.mezzalira@gmail.com.

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre o apoio à democracia e a confiança em instituições no contexto atual. Frente às evidências empíricas, fornecidas pelo Latinobarômetro, desde 2010 é demonstrada redução do apoio à regimes democráticos, aumento da insatisfação com o funcionamento do regime democrático e baixa confiança nas instituições e políticos. Este trabalho questiona qual o efeito da baixa confiança em instituições e políticos sobre o apoio ao regime democrático, considerando o intervalo de 1996 a 2017. A partir deste recorte temporal será possível analisar se a relação entre confiança e apoio à democracia em 2017 permanecem estáveis ao longo do tempo ou foram aprofundadas. Pretende-se testar a hipótese de que a desconfiança em relação às instituições e políticos leva a redução do apoio ao regime democrático (Power e Jamilson, 2005). Para tal, retomaremos a discussão teórica sobre a confiança e seus efeitos sobre a legitimidade e apoio à democracia a fim de melhor compreender a questão colocada, também faremos uso de estatísticas descritivas sobre confiança, apoio à democracia e satisfação com o funcionamento do regime e análises de regressões a partir dos surveys do Latinobarômetro que exploram a relação entre apoio à democracia e confiança política no contexto atual.

Palavras-chave: Confiança Política; Apoio Democrático; Democracia latino-americana.

Introdução

Argentina – dia 25 de setembro de 2018

Las movilizaciones que amenazan la estabilidad política de los gobiernos de la derecha regional han tenido altos niveles de participación de jóvenes y, especialmente, en Argentina, Ecuador y Costa Rica han movilizado a los sindicatos y trabajadores públicos, reacios a las medidas de ajuste que afectan fundamentalmente a las clases medias y a las capas sociales más vulnerables. Por ello, se puede decir que, a diferencia de otras movilizaciones que han tenido lugar en la región -las cuales han estado marcadas por la participación de formaciones y de grupos opositores a los gobiernos de turno- en las movilizaciones que están teniendo lugar en Argentina, Ecuador, Costa Rica, Honduras, Guatemala y Paraguay hay un componente pluriclasista que define una perspectiva de amplia participación de la ciudadanía indignada. Nueva Tribuna⁴

Brasil – dia 25 de junho de 2017

Pesquisa Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que o país é terreno fértil para líderes autoritários. Diante do medo provocado pela violência urbana, maioria deixa de lado as leis e os planos políticos em busca de um salvador da pátria. (...). O Brasil começa a flertar com o desmanche do Estado democrático de Direito inaugurado pela Constituição de 1988. A

⁴ Matéria: “Inestabilidad y movilizaciones en Latinoamérica” de Javier Calderón Castillo, Nery Chaves García y Ava Gómez Daza Disponível em: <<https://www.nuevatribuna.es/articulo/america-latina/inestabilidad-movilizaciones-latinoamerica/20180925181830155943.html>>. Acessado em 16/06/2018.

*afirmação é forte, mas nem por isso menos verdadeira. Parcela significativa e crescente do eleitorado não vê nenhum problema nesse desmantelamento. Folha de São Paulo*⁵

Chile - dia 18 de dezembro de 2017

*El análisis de los medios de comunicación en Chile han llenado sus horarios de noticias y explicaciones sobre el amplio triunfo de Piñera, destacando el aumento de votos con relación a la primera vuelta sin dar cuenta que el gran problema, que enfrenta nuestro país en estas materias electorales, es la calidad de la democracia representativa que se ha construido y donde sólo un 48% de su población acude a las urnas y define quiénes serán sus administradores por los próximos cuatro años. 7.100.000 ciudadanos —un 52% del total de electores— que se quedaron confortablemente en sus casas mientras que el 48% restante participó de esta ceremonia democrática. Esto debe preocuparnos y sin embargo se minimiza su relevancia en virtud de la cómoda crítica “sino participan no tienen derecho a opinar” ¿Es así de simple? Nexa Latino*⁶

Colômbia – dia 11 de abril de 2018

Una voz de alerta queda en el ambiente tras los últimos resultados del reporte latinoamericano ‘Estudio internacional de educación cívica y ciudadana’ (ICCS), el cual “revela un nivel preocupante de valores antidemocráticos y orientaciones antisociales en gran parte de los jóvenes encuestados”.

*El informe, elaborado por la Asociación Internacional para la Evaluación del Logro Educativo (IEA), encuestó a 25.000 estudiantes de octavo grado (13-14 años de edad) de 900 escuelas de Chile, México, República Dominicana, Perú y Colombia para medir las actitudes cívicas de los alumnos y sus competencias ciudadanas. (...) Perú ostenta el porcentaje más alto con 77 por ciento, seguido por Colombia con 73. El Tiempo*⁷

O apoio e a confiança são sentimentos que foram transformados em conceitos nos estudos de cultura política. Ambos são utilizados para analisar as relações que os cidadãos estabelecem com os regimes políticos democráticos e suas instituições. Dado que os cidadãos possuem liberdade para interagir e questionar o funcionamento das democracias, estes estão constantemente refletindo de maneira objetiva ou subjetiva a respeito do funcionamento prático das instituições políticas – Congresso, Poder Judiciário, Partidos políticos entre outros aparatos. Por vários ângulos as notícias acima apresentam a inquietação dos cidadãos a respeito do funcionamento de regimes democráticos. Aspectos contextuais como crise na economia, na política, aumento da violência, ou redução do contingente de cidadãos que participam das eleições são

⁵ Editorial sobre “Medo da violência revigora tendências autoritárias e beneficia Bolsonaro” de Renato Sérgio de Lima, Arthur Trindade Maranhão Costa e Alexandre Teles.

⁶ Matéria: ¿Vendrán tiempos mejores? de Pablo Jofré Leal. Disponível em: <<https://www.hispantv.com/noticias/chile/362964/elecciones-sebastian-pinera-alejandro-guillier-michelle-bachelet>>. Acessado em 14/06/2019.

⁷ Matéria “73 por ciento de estudiantes colombianos aprueban una dictadura” de Simón Granja. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/vida/educacion/niveles-de-educacion-ciudadana-y-civica-en-colombia-iccs-iea-203580>>. Acessado em: 16/06/2019.

notícias que apontam que regimes democráticos enfrentam questionamentos e barreiras para o seu desenvolvimento.

Este artigo tem como objetivo compreender de maneira comparada a relação entre o apoio à democracia e a confiança em instituições em quatro países latino-americanos, que são: a Argentina, o Brasil, o Chile e a Colômbia. Os países selecionados apresentam em comum pontos históricos como pertencer a terceira onda de transição de regimes autoritários para democráticos e são considerados em processo de consolidação da democracia estando em maior ou menor grau estabilizados (Huntington, 1994). Estes países enfrentam recentemente também a questão do crescimento do não apoio ou indiferença em relação à democracia enquanto regime político preferível. Utilizamos os surveys desenvolvidos pelo Latinobarómetro das Américas⁸ para acompanhar de maneira longitudinal as variáveis de apoio e confiança, o recorte temporal estabelecido é de 1996 a 2017⁹. De uma maneira geral buscamos compreender se a variável de confiança política é um condicionante relevante para compreender o apoio à democracia, questionamos: Cidadãos mais confiantes no funcionamento das instituições democráticas têm maiores chances de demonstrar apoio à democracia?

Balanco sobre a percepção de apoio à democracia: Argentina, Brasil, Chile e Colômbia

A teoria da democracia representativa destaca as instituições políticas como um alicerce fundamental para a legitimidade do regime (Linz e Stepan, 1996). O conceito de *apoio* estabelece que os cidadãos conferem minimamente legitimidade ao funcionamento dos regimes políticos e com isso sustentam a permanência do seu funcionamento. O apoio à democracia enquanto sendo o melhor tipo de regime político é destacado entre a literatura da cultura política como um fator importância para a sua legitimidade e permanência ao longo do tempo (Lopes, 2004). O apoio apresenta um “patamar mínimo” de identificação entre os cidadãos com o regime político democrático (Fuks, Casalecchi e Ribeiro, 2019).

A literatura sobre o apoio à democracia (Easton, 1965) classifica como fator fundamental a experiência dos cidadãos, que se identificam com as instituições porque

⁸ O banco de dados utilizado neste artigo encontra-se disponível no site do Latinobarómetro das Américas. Disponível em: < <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>.

⁹ Colocar os anos que não foram realizados o survey

“aprendem a fazê-lo mediante a transferência de seu significado entre as sucessivas gerações, mas sobretudo, porque suas experiências políticas no decorrer da vida adulta, os capacitam para avaliar racionalmente seu desempenho” (da Silva, 2017; pág. 105).

Nos surveys do Barômetro das Américas a questão selecionada para representar o apoio dos respondentes à democracia foi: “Com qual das seguintes afirmações o sr(a) está mais de acordo? 1. A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; 2. Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; 3. Tanto faz a forma de regime ser democrático ou não democrático”. Neste estudo as respostas foram recodificadas em: (i) “Apoio à democracia, independente dos problemas” variável esta que demonstra uma forte concordância com a forma democrática de governo, com isso independente de grandes problemas econômicos, sociais e políticos os cidadãos optam pela defesa do regimes; (ii) “Não apoio ou indiferença à democracia” esta variável aponta que os respondentes ou não apoiam a democracia, demonstrando preferência ao regime autoritário ou que em algumas situações aceitariam a volta do autoritarismo como regime político.

A recodificação das variáveis está baseada nos desdobramentos da abordagem da cultura política, que formula uma diferenciação entre cidadãos vinculados com os valores e princípios da democracia e aqueles que se encontram mais afastados ou opostos a estes princípios. Segundo a literatura, a presença de cidadãos democratas é relevante para a difusão de valores e princípios de defesa à liberdade política e social. Por exemplo, em relação a visão que indivíduos têm em relação à participação política, alguns frequentam às eleições, outros participam de mais esferas de organização política como movimentos sociais e sindicatos. Já outros não participam, mas defendem o direito à participação e contestação política. Todos os casos citados acima incluem um nível de defesa à garantia dos direitos políticos promovidos pela democracia. Da mesma forma, há também apoio e confiança desiguais nas diferentes dimensões institucionais.

A análise de instituições como variável justifica-se pelo fato de que essas cumprem funções próprias em regimes democráticos. São elas as responsáveis por distribuir o poder entre os agentes e atores políticos e pela garantia de que a participação cidadã seja levada em consideração durante as tomadas de decisões, o que caracteriza a democracia e gera influência nos níveis de confiança (da Silva, 2017).

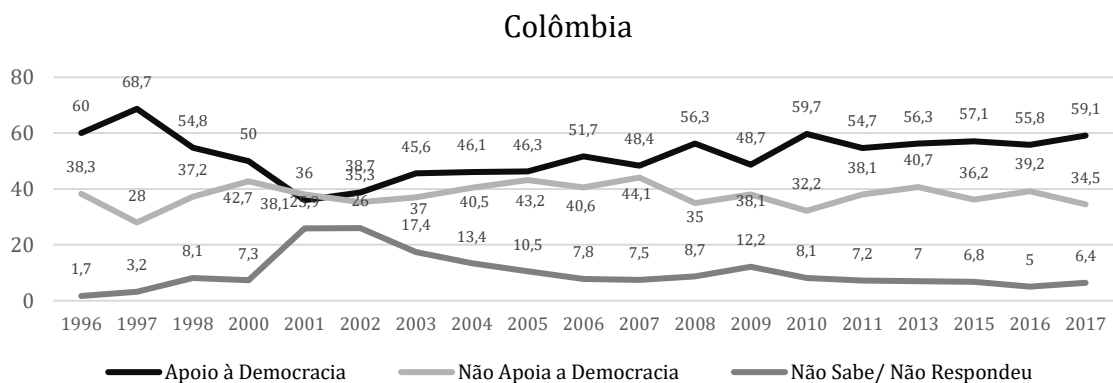
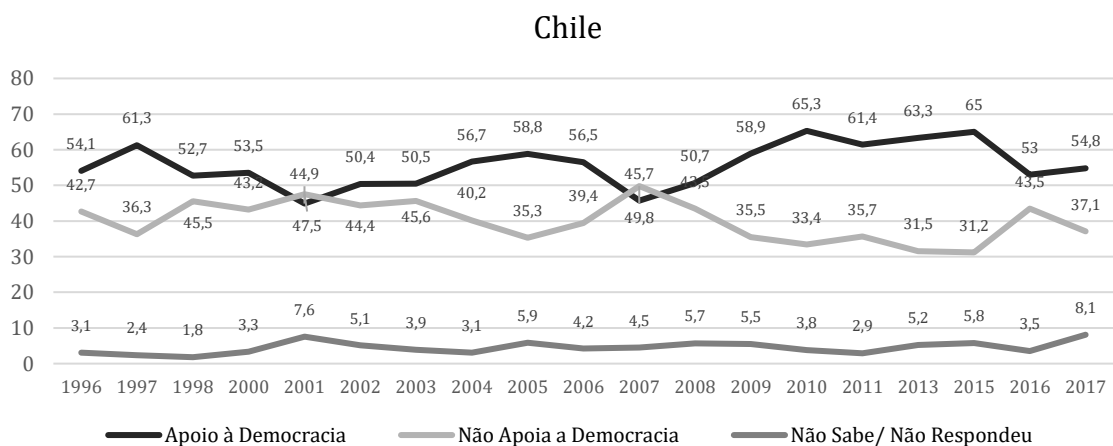
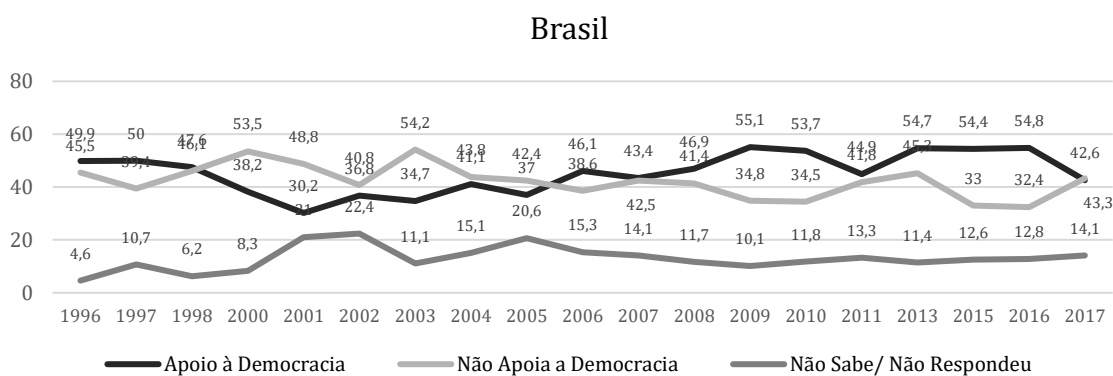
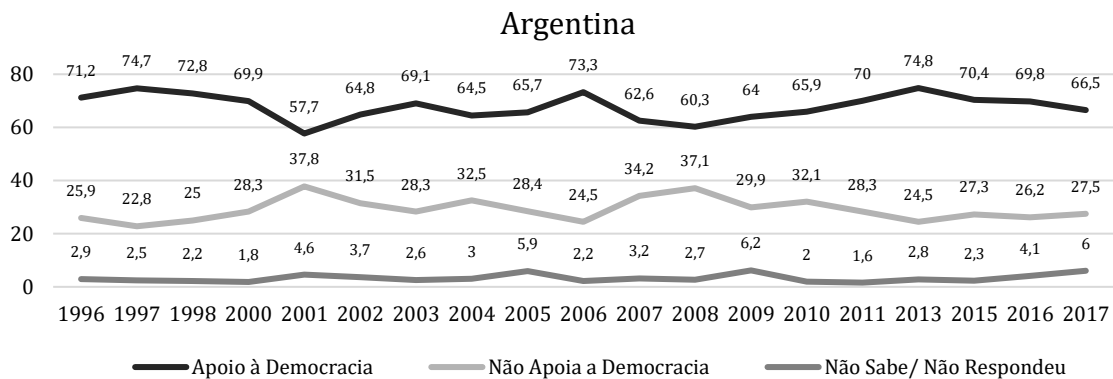
Como destacado na introdução, o tempo é considerado um fator importante para que as instituições democráticas se consolidem após o processo de abertura

democrática, os ciclos eleitorais e a alternância de poder são fatores que colocam em xeque o funcionamento das instituições democráticas. Desde o início do processo de transição que ocorreu em 1974 na América Latina, diversos países entre esses, a Argentina, o Brasil, o Chile e a Colômbia transitaram de regimes ditatoriais para a abertura democrática. De uma forma geral o processo de transição restabeleceu, nestes países, o ciclo de eleições regulares e abertas à participação da população, como também garantiu às liberdades individuais de associação, participação e contestação política para os cidadãos.

Baseamos as análises no trabalho de Lopes (2004), que mostrou haver diferenças que devem ser levadas em conta no estudo dos dados apresentados por Chile, Brasil e Argentina. A autora afirma que Chile aparece como país onde existe maior confiança política, “sendo os índices de confiança na Presidência e no Congresso mais altos do que a confiança nos partidos políticos” (Lopes, 2004; pág. 180). Por sua vez, Brasil e Argentina são os países as com menores taxas de confiança nas instituições.

Apesar dos ganhos do fortalecimento da democracia, os dados recentes sobre apoio à democracia apontam que o sistema político destes países conta com uma taxa de aderentes a regimes democráticos equivalente aos números observados nos primeiros anos de democracia. Como também houve: (i) uma estabilidade da percentual de cidadãos que são indiferentes ou que não apoiam diretamente a democracia (ver gráficos 3 e 4); (ii) e um pequeno crescimento do percentual de cidadãos que são indiferentes ou não apoio diretamente a democracia (ver gráficos 1 e 2). A manutenção e até aumento do número de respondentes que afirmam ser indiferentes ou não apoiam diretamente a democracia colocam em questionamento o pressuposto central da Cultura Política de que ao decorrer dos anos democráticos o funcionamento dos ciclos regulares das eleições, a organização dos partidos e o desempenho das instituições fortaleceriam os vínculos dos cidadãos com o regime democrático.

Gráficos 1, 2, 3 e 4 – Percentuais de apoio à democracia na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia (1996-2017)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

A democracia argentina, instituída ao fim da última ditadura militar (1976-1983), compõe a terceira onda de democratização¹⁰ (Huntington, 1994 p.19). De acordo com Friderichs (2017), a Argentina passou por uma *transição por colapso*¹¹ entre o regime militar e a nova democracia motivada principalmente pela derrota na Guerra das Malvinas e grave crise econômica. De acordo com a autora, a transição entre regimes foi marcada por ampla insatisfação popular com os militares governantes, pressionando a classe média, parte da elite e das Forças Armadas a abrirem o regime autoritário. A Junta Militar ainda tentou impor condições para a redemocratização, mas, fracassaram em sua tentativa de negociar com os partidos políticos.

Raúl Alfonsín, da Unión Cívica Radical, foi o primeiro presidente a assumir o cargo, em 1983, por eleições diretas após o fim da ditadura militar. Seu governo investigou e julgou as três primeiras Juntas Militares pelos crimes de violação dos direitos humanos. As denúncias dos graves crimes cometidos pelos militares no poder repercutiram na sociedade, gerando sentimentos de indignação e repúdio. Dessa forma, a autora argumenta que este processo alterou a percepção do regime autoritário que os argentinos possuíam e colocou a democracia como única solução capaz de unir a sociedade e evitar golpes e revoluções (Friederichs, 2017 p.446).

De acordo com Jorge (2009), a profunda crise econômica que marcou os anos iniciais da democracia argentina (final do governo Alfonsín) afetou o sistema político em diversas maneiras. Gerando clivagens inter e intra partidárias, vulnerabilizando condições de vida dos cidadãos e levando a um cenário de insegurança social, a crise acarretou na queda da confiança no Congresso e nos partidos políticos que perdurou anos, conforme os gráficos 1 e 4 no apêndice demonstram. Todavia, mesmo após a crise econômica do início do regime democrático e mesmo após o colapso de 2001, o cenário econômico não demonstrou ter tido forte impacto sobre o apoio à democracia quanto teve em relação à confiança nas instituições políticas. Tal questão corrobora com a tese de 'cidadãos críticos' de Norris (1999) em que os cidadãos teriam a capacidade de distinguir entre avaliação de políticos e de instituições e avaliação do regime político. Dessa forma é compreensível que os argentinos demonstrem baixos níveis de confiança

¹⁰ Assim como Portugal, Grécia, Espanha, Equador, Bolívia, Argentina, Uruguai e Brasil no período de 1974 a 1985. (Huntington, 1994 p.19).

¹¹ Transição entre regimes marcada por graves eventos, tais como crise interna do regime militar ou derrota militar externa. (O'Donnell e Schmitter, 1988).

nas instituições políticas e ainda assim consigam manter uma avaliação positiva no regime democrático, demonstrada pelo apoio ao regime.

No Brasil a redemocratização se deu lentamente. Tendo início em 1964, a Ditadura Militar passou pela transição para o regime liberal-democrático em 1985. O grande marco do desenvolvimento democrático foi a formulação da chamada Constituição Cidadã em 1988. Segundo análise de Codato (2005), os períodos temporais podem ser descritos como regime ditatorial (1964-1974), período de transição (1974- 1989) e intervalo da consolidação de um novo regime nacional (1989-2002). Ainda em consonância com o autor, as mudanças no regime aconteceram por ordem de legitimação política, organização interna e evolução constitucional, deixando uma herança institucional autoritária mesmo após a passagem para o regime democrático. Para a literatura (Lamounier, 1986) a arena eleitoral brasileira teve uma influência mais significativa do que em outros países que passaram pelo processo de transição política, o que justifica a importância dos movimentos sociais e das eleições nos processos políticos do país.

No Chile o processo pactuado de transição para a democracia influenciou a maneira com a qual os cidadãos participam e confiam nas instituições políticas. Huneeus e Maldonado (2003) e Paredes (2011) destacam que o processo de transição verticalizado, cujo processo de transição foi determinado pelas regras e procedimentos estabelecidos pelo governo autoritário anterior, produziu um enfraquecimento dos movimentos que reivindicavam a abertura democrática e afastamento dos cidadãos das eleições. Há um conjunto de autores que remetem o caso chileno a de uma “democracia incompleta” devido aos entraves autoritários herdados da ditadura e que não foram superados em sua totalidade (Moulian, 1994; Garreton; Garreton, 2010; Paredes, 2011):

Esta se caracterizaría por las herencias institucionales del régimen militar y las tensiones que ello provoca en el funcionamiento democrático durante los gobiernos de la Concertación de Partidos por la Democracia, coalición que ha gobernado el país desde la recuperación democrática en 1990 (Garreton; Garreton, p.116, 2010).

Dentre os fatores apontados pela literatura estão: (i) o questionamento a respeito da legitimidade e participação da população perante a elaboração da constituição democrática que foi elaborada ainda durante o regime a ditadura militar (Garreton; Garreton, 2010); (ii) o sistema eleitoral binominal da maioria que foi herdado da ditadura desfavorece a entrada de novos atores no governo, a legislação eleitoral é favorável para a manutenção da disputa entre grupos políticos da transição democrática (Moulian,

1994); (iii) a confluência de um regime representativo limitado está vinculado a exclusão dos movimentos sociais como atores políticos relevantes como também a visão tecnocrática da elaboração das políticas públicas. Essas tendências marcam um enfraquecimento da ação cidadã que foi forjada num desenho institucional e político excludente da participação dos cidadãos (Paredes, 2011).

Na Colômbia o narcotráfico e a guerrilha continuam a influenciar diretamente os governos. Talvez a primeira lembrança que evoque à mente do interlocutor com o país é a violência. De fato, são mais de cinquenta anos de conflito entre governo e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). De acordo com a literatura, esses problemas ainda não foram superados – em especial de segurança pública. Porém após transformações políticas, culturais e econômicas, vividas em especial na última década (Villa, 2013), o país de aproximadamente 49,07 milhões de pessoas possui uma trajetória democrática pouco comum nos países Latino Americanos. Villa (2013) mostra que nas últimas décadas há uma tentativa de rompimento do país com a imagem Norte Americana, através da construção de uma identidade sul-americana, com maior inserção nos processos de integração.

A trajetória política do país tem início com o mesmo padrão latino americano: possuiu forte bipartidarismo do início do Século XX até 1948, quando o candidato à Presidência de um dos partidos foi assassinado. Esse episódio resultou em levantes que culminaram em uma ditadura. O passo seguinte foi a criação de uma Frente Nacional (Pollachi, 2017). A abertura política teve seu marco em 1991, com a publicação de uma Constituição preocupada com os direitos sociais, liberalização econômica, multipartidarismo e fortalecimento da democracia (Pollachi, 2017). Ainda na década de 90, os conflitos entre FARC e governo se intensificaram, com ápice no final dos anos. Combinado com uma crise econômica que rodeava os países do entorno, essa pode ser uma provável causa de queda no apoio à democracia, observável no Gráfico 4.

A partir dos dados das taxas de apoio ao regime democrático e da elevação das taxas de indiferença com funcionamento da democracia os dados trazem novos questionamentos a respeito dos efeitos da confiança para a consolidação da democracia na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia. Questionamos: a confiança produz efeitos no apoio dos cidadãos em relação a preferência pela democracia?

Debate democracia e desconfiança nas instituições

A premissa central da teoria da Cultura Política estabelece que para o pleno estabelecimento de um regime democrático é necessário o suporte de um sistema de crenças e valores compatíveis com o regime, ou seja, que apoiem o seu desenvolvimento (Inglehart, 1997).

Em consonância ao apoio, na abordagem da cultura política o conceito de *confiança* remete ao sentimento de segurança e reflete a percepção que os cidadãos estabelecem a respeito do funcionamento das instituições políticas e representativas da democracia (Meneguello e Moisés, 2013). Neste sentido, a confiança integra o sistema de crenças e valores necessários para a construção de uma cultura política democrática. É um fator importante para a legitimidade, governabilidade e consolidação do regime democrático (Almond e Verba, 1963 *apud* Power e Jamison, 2005). Por exemplo: confiar nas atividades do Congresso ou no trabalho e ou proteção das Forças Armadas significa que os cidadãos acreditam que estas instituições funcionam o suficiente para cumprir as suas funções constitucionais.

Em regimes democráticos espera-se que os cidadãos manifestem um mínimo de confiança no funcionamento das instituições políticas, sendo este um fator relevante para legitimar o sistema político vigente. Como aponta Lopes (2004): “Se, no sistema democrático, as políticas devem se basear na busca do consenso, ao menos entre a maioria, o patamar de confiança e apoio político expresso pelos cidadãos têm implicações normativas importantes (p.163)”.

Neste sentido o conceito de confiança política é definido por meio da coerência das instituições quanto a sua justificação normativa, sendo o repertório de suas significações resultante do seu funcionamento das instituições que determinará a medida dessa confiança entre os cidadãos (Moisés, 2010). E dialoga com a legitimidade do funcionamento de regimes políticos, sendo um recurso importante para assegurar a coesão necessária a organização das sociedades complexas e desiguais. Países que transitaram de regimes autoritários e ditatoriais enfrentam o desafio de que os cidadãos passem a confiar nas instituições. Isso envolve um processo de conquista por parte das instituições políticas, que durante os anos de ditadura militar foram corrompidas, suprimidas e debilitadas pelo caráter centralizador e autoritário dos regimes militares.

Historicamente, conforme os gráficos no apêndice demonstram, a confiança nas instituições nos países Latino Americanos mostra-se baixa, em maior ou menor grau. Essa situação aparenta refletir o processo de transição do regime autoritário para a abertura democrática e no funcionamento contemporâneo da democracia, que: “enfrenta desafios críticos, expressos pela regularidade de altos índices de desconfiança nos partidos políticos e na classe política, e pela dificuldade em solucionar problemas ligados ao bem-estar da população” (da Silva, 2019; pág. 102).

Na sua relação inversa a desconfiança em eleições ou nas instituições de representação e legislação como no Poder Judiciário, Partidos políticos, Presidente da República e Supremo Tribunal Federal pode ter efeitos negativos na percepção e apoio dos cidadãos em relação à democracia. Os dados apresentados acima questionam o argumento central da teoria da cultura política que destaca a importância da experiência democrática em um país, denominada pela literatura de “legado democrático”. O legado democrático é reconhecido como a experiência democrática acumulada ao longo do tempo, à medida que a democracia funciona cria-se um conjunto de “oportunidades” de aprendizado e experiências para os cidadãos (Fuks, Paulino e Casalecchi, 2018).

A análise longitudinal da variável de confiança (dados disponíveis no apêndice) nos permite observar que há alternância nos níveis de confiança nas instituições, mas que principalmente as de caráter político-representativo são as que apresentam as menores taxas de confiança. Nota-se que em todos os países do estudo, os partidos políticos e o Congresso são as instituições que menos recebem confiança dos cidadãos¹². Na Argentina, Chile e Colômbia o Poder Judiciário também apresenta um baixo índice médio de confiança dos cidadãos.¹³ O Brasil é o único caso que o Poder Judiciário alcança um índice elevado de confiança, com média de 12,18% de ‘confia muito’ e 62,87% de ‘confia mais ou menos’ nessa instituição.

¹² O índice médio de confiança no Congresso na Argentina é de 4,07% em confia muito e 59,27% em confia mais ou menos. No Chile a média é de 6,02% em confia muito e 56,22% em confia mais ou menos. E por fim na Colômbia a média de confia muito é de 4,83% e confia mais ou menos de 55,81%. E os índices médios de confiança nos partidos políticos são: a) Argentina: 1,76% confia muito, 48,30% confia mais ou menos; b) Brasil: 3% confia muito, 46,22% confia mais ou menos; c) Chile: 1,85% confia muito, 54,68% confia mais ou menos; d) Colômbia: 4,83% confia muito, 55,81% confia mais ou menos.

¹³ O índice médio de confiança no Judiciário na Argentina é de 3,48% em confia muito e 56,65% em confia mais ou menos. No Chile a média é de 4,43% em confia muito e 64,3% em confia mais ou menos. E por fim na Colômbia a média de confia muito é de 6,83% e confia mais ou menos de 62,17%.

O índice médio de confiança na Igreja e nas Forças Armadas é alto para todos os países do estudo, sendo o Brasil e a Colômbia os países que mais atribuem confiança no funcionamento das Forças Armadas.¹⁴

A escolha da variável confiança para a mensuração do apoio à democracia justifica-se porque a confiança é um fenômeno diretamente relacionado com a experiência política. Essa, por sua vez, é resultado do funcionamento das instituições de determinado Estado. Quando os cidadãos se afastam das instituições democráticas, a desconfiança tende a aumentar. Esse fenômeno se dá em situações onde os cidadãos sentem que foram desrespeitados por procedimentos institucionais e comportamento político suspeitos e em casos de corrupção (da Silva, 2017). Para além disso, Power e Jamison (2005) analisam o contexto, as causas e consequências da desconfiança na América Latina. Os autores apontam para três possíveis causas da desconfiança, que estão atreladas a questões vividas pelos cidadãos no regime democrático: o desempenho econômico, corrupção e comportamento instrumental das elites políticas.

Metodologia e descrição das variáveis

No sentido de avançar na compreensão do efeito da orientação valorativa da confiança política no apoio à democracia, este artigo analisa em três momentos -1996, 2006 e 2017- os efeitos da variável de confiança no Congresso, Partidos Políticos, Poder Judiciário e Forças Armadas e Igreja. O recorte temporal dos dados descritivos, elencados acima, representam 21 anos de vivência democrática nos países incluídos neste estudo. Selecionamos os três momentos - 1996, 2006 e 2017 - com o objetivo de observar a relação que existe entre confiabilidade no sistema político e apoio à democracia ao longo dos anos democráticos.

Como destacado na revisão bibliográfica, a abordagem da cultura política parte do pressuposto de que a confiança nas instituições políticas tende a produzir impactos (positivos e negativos) em relação a percepção e apoio ao regime político (Inglehart, 1988; Moisés, 2008). Dessa forma, a hipótese que será mobilizada nos modelos de

¹⁴ Os índices médios de confiança na igreja são: a) Argentina: 26,33% confia muito , 51,07% confia mais ou menos ; b) Brasil: 48,30% confia muito, 42,29% confia mais ou menos; c) Chile: 27,47% confia muito , 57,86% confia mais ou menos; d) Colômbia: 45,94% confia muito, 43,36% confia mais ou menos. E os índices médios de confiança nas Forças Armadas são: a) Argentina: 6,02 confia muito , 56,22% confia mais ou menos ; b) Brasil: 26,87% confia muito, 57,40% confia mais ou menos; c) Chile: 17,19% confia muito, 64,76% confia mais ou menos; d) Colômbia: 21,78% confia muito, 60,56% confia mais ou menos.

regressão é de que a confiança política em relação às instituições produz efeitos positivos na percepção que os cidadãos têm a respeito ao regime político levando-os a apoiarem a democracia em detrimento da indiferença ou apoio a outras formas de governo. Os modelos de regressão destacam os possíveis efeitos das variáveis institucionais vinculadas a confiança no apoio dos cidadãos ao funcionamento do regime democrático (variável dependente). Nesse sentido as variáveis explicativas do modelo são confiança; ao lado de variáveis socioeconômicas de gênero, idade e escolaridade. Os países foram analisados separadamente no modelo de regressão e os resultados encontram-se nas tabelas 1, 2, 3 e 4.

Os dados da tabela 1 demonstram os modelos desenvolvidos para analisar a Argentina. Neste caso, o modelo de 1996 aponta que confiar muito ou em algum grau nas Forças Armadas reduz as razões de chance de apoio à democracia. Confiar em algum grau nos partidos políticos e confiar muito ou em algum grau no Poder Judiciário aumentam as razões de chance do apoio à democracia. Dentre as variáveis socioeconômicas, apenas a variável idade demonstrou ser significativa e ter efeito positivo sobre o apoio.

O modelo de 2006 é o modelo com maior o potencial explicativo, com 76,4% de acerto. Neste ano, a regressão demonstra efeito positivo entre as variáveis políticas de confiança no Congresso, no Poder Judiciário sobre o apoio à democracia. Enquanto entre as variáveis socioeconômicas, ter Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto ou completo, e idade também demonstram efeito positivo sobre o apoio à democracia. No modelo de 2006, confiar muito ou em alguma medida nas Forças Armadas apresenta efeito negativo sobre a variável dependente, o apoio à democracia.

O modelo mais recente, de 2017, demonstra mais uma vez que confiar muito ou em algum grau nas Forças Armadas têm efeito negativo sobre o apoio à democracia. Além disso, este modelo revela que confiar muito na Igreja também tem efeito negativo sobre o apoio à democracia. A única variável política que apresenta efeito positivo sobre a variável dependente é a confiança, em algum grau, nos partidos. Dentre as variáveis socioeconômicas, a escolaridade a nível de Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo e a idade demonstraram ter efeito positivo para o apoio à democracia.

O efeito negativo que a confiança nas Forças Armadas tem sobre o apoio à democracia pode ser refletido à luz das memórias construídas sobre o período da ditadura militar. As graves denúncias sobre violações dos direitos humanos acentuaram

uma visão negativa que já se construía sobre os militares desde a derrota na Guerra das Malvinas (Capelato, 2006). De acordo com Capelato (2006), com o evento da redemocratização, o julgamento de militares que participaram do regime autoritários e a mobilização popular contra a ditadura, como exemplo as ‘Mães de Praça de Mayo’, houve um processo de construção de memória sobre o período ditatorial. Tal processo pode ter sido incorporado pela cultura política argentina e influenciado o resultado encontrado nos modelos de regressão demonstrados neste trabalho. Dessa forma, seria possível pensar que cidadãos que apoiem a democracia tem menos chances de confiar nas Forças Armadas em razão da memória da ditadura construída, em que as Forças Armadas, no comando autoritário do poder cometeu graves violações de direitos humanos.

Em relação ao Brasil a tabela 2 mostra que a variável confiança não apresenta significância estatística para os anos de 1996, 2006 e 2017. No modelo somente a escolaridade demonstrou efeito para a série temporal, no sentido de que os mais escolarizados têm maiores chances de apoiar a democracia quando comparado aos cidadãos que possuem níveis mais baixos de escolaridade. Pateman (1992) em suas considerações sobre a democracia, aponta o importante papel da escolaridade para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática, na qual há garantia da autonomia dos cidadãos. Corroborando com os estudos de Pateman, diversos autores comprovaram empiricamente que recursos como tempo, dinheiro e habilidades influenciam a participação e ação política, como também no envolvimento dos cidadãos com o sistema político.

O modelo de análise para o Chile para os anos de 1996, 2006 e 2017 destaca que o ano de 2017 é o modelo que tem maior potencial explicativo do efeito das variáveis de confiança e socioeconômicas. Neste ano nota-se o efeito positivo da confiança nos partidos políticos, no sentido de que confiar mais ou menos nessa instituição aumentam as chances dos cidadãos apoiarem a democracia no Chile, em relação àqueles que não confiam nos partidos.

Para os demais anos, em 1996 confiar no Congresso aumenta as chances dos cidadãos apoiarem a democracia quando comparado aos cidadãos que não confiam, já confiar nas Forças Armadas produz efeito contrário. Apesar de não ser possível observar o efeito longitudinal da variável de confiança no caso do Chile, é interessante encontrar efeito principalmente das variáveis políticas no apoio dos cidadãos ao funcionamento da democracia. Principalmente em relação ao ano de 1996, o efeito da confiança nas

Forças Armadas e nos partidos políticos pode estar relacionado a influência do período de transição do regime ditatorial no Chile que foi marcado por um processo de transição pactuada entre os partidos que visavam a abertura democrática e os militares que formavam o governo de Augusto Pinochet.

Sobre as variáveis de confiança política e socioeconômicas na Colômbia (1996,2006 e 2017), verificadas na Tabela 4, conclui-se que a confiança no Congresso, por parte dos cidadãos colombianos, aparece com picos em determinados anos. Em 1996 era baixa, teve um singelo aumento em 2001 e ápice em 2003. A partir de então, voltou a cair, com um pouco de melhora a partir de 2013. Com relação às Forças Armadas, a população tende a confiar mais ou menos, com padrão mantido ao longo do período analisado. A Igreja aparece como instituição com maior índice de confiança, alternando apenas entre “confia muito” e “confia mais ou menos”. Em situação oposta, os partidos políticos representam a instituição com menor grau de confiança. Por fim, a instituição com distribuição mais turbulenta da variável confiança é o Poder Judiciário.

Assim como observado no caso chileno, o ano de maior possibilidade de explicação das variáveis de instituição *versus* confiança foi 2017. Apenas em 1996 os valores correlacionados apareceram enquanto as chamadas variáveis protetivas. Ou seja, a variável de referência “não confia”, no contexto institucional, se relaciona com o baixo apoio à democracia. Uma possível explicação pode ser a crise enfrentada pelo país, anteriormente citada. Em 2006 e 2017 a associação foi incrementar, onde quanto maior o índice de “não confia”, maior a rejeição à democracia.

Tabela 1: Modelo de Regressão Logística dos Efeitos das Variáveis de Confiança Política e Socioeconômicas na Argentina

Argentina		1996					2006					2017				
		B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Congresso	Confia Mais ou Menos	0,009	0,192	0,002	0,963	1,009	0,134	0,184	0,527	0,468	1,143	-0,042	0,190	0,049	0,826	0,959
	Confia Muito	-0,240	0,493	0,237	0,626	0,786	0,078	0,511	0,023	0,878	1,081	0,409	0,450	0,829	0,363	1,506
Forças Armadas	Confia Mais ou Menos	-0,508	0,198	6,605	0,010	0,602	-0,191	0,185	1,067	0,302	0,826	-0,658	0,219	8,982	0,003	0,518
	Confia Muito	-1,469	0,305	23,116	0,000	0,230	-1,400	0,299	21,849	0,000	0,247	-0,771	0,259	8,871	0,003	0,463
Partidos Políticos	Confia Mais ou Menos	0,791	0,180	19,396	0,000	2,206	0,335	0,171	3,824	0,051	1,397	0,725	0,173	17,612	0,000	2,065
	Confia Muito	0,967	0,668	2,095	0,148	2,631	0,432	0,916	0,223	0,637	1,540	0,915	0,583	2,460	0,117	2,496
Poder Judicial	Confia Mais ou Menos	0,382	0,189	4,082	0,043	1,465	0,124	0,190	0,425	0,514	4,156	0,115	0,181	0,409	0,523	1,122
	Confia Muito	1,141	0,517	4,867	0,027	3,131	1,425	0,641	4,943	0,026	1,192	0,178	0,391	0,206	0,650	1,194
Igreja	Confia Mais ou Menos	-0,243	0,241	1,013	0,314	0,784	0,207	0,209	0,980	0,322	1,230	-0,294	0,203	2,093	0,148	0,745
	Confia Muito	-0,108	0,262	0,171	0,679	0,897	0,419	0,280	2,246	0,134	1,521	-0,630	0,221	8,101	0,004	0,533
Masculino		-0,034	0,153	0,050	0,824	0,966	0,176	0,148	1,402	0,236	1,192	-0,085	0,149	0,323	0,570	0,919
Fundamental Incomp.		-0,425	0,436	0,951	0,330	0,654	0,084	0,308	0,074	0,786	1,087	0,370	0,361	1,049	0,306	1,447
Fundamental Comp. / Médio Incomp.		-0,013	0,456	0,001	0,977	0,987	0,061	0,317	0,037	0,847	1,063	0,633	0,389	2,646	0,104	1,882
Médio Comp. / Superior Incomp.		0,614	0,450	1,861	0,173	1,848	0,758	0,326	5,406	0,020	2,135	1,064	0,381	7,780	0,005	2,897
Superior Comp.		0,589	0,472	1,559	0,212	1,802	1,204	0,368	10,709	0,001	3,332	1,881	0,416	20,438	0,000	6,558
Idade		0,014	0,005	8,198	0,004	1,014	0,012	0,005	5,937	0,015	1,012	0,026	0,005	28,126	0,000	1,026
Constante		0,343	0,529	0,419	0,517	1,409	-0,123	0,416	0,087	0,768	0,884	-0,491	0,494	0,989	0,320	0,612
Qui quadrado		7,3					6,1					14,2				
N2 Nagelkerke		0,136					0,112					0,152				
% de acerto		73,7					76,4					71,5				
Log de pseudo-verossimilhança		1087,8					1132,1					1112,8				

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Tabela 2: Modelo de Regressão Logística dos Efeitos das Variáveis de Confiança Política e Socioeconômicas no Brasil (1996, 2006 e 2017)

Brasil		1996					2006					2017				
		B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Congresso	Confia Mais ou Menos	-0,074	0,165	0,202	0,653	0,929	-0,293	0,179	2,700	0,100	0,746	0,090	0,169	0,283	0,595	1,094
	Confia Muito	-0,187	0,404	0,214	0,644	0,830	0,094	0,317	0,088	0,767	1,099	0,272	0,545	0,248	0,618	1,312
Forças Armadas	Confia Mais ou Menos	0,087	0,224	0,150	0,698	1,091	0,765	0,257	8,858	0,003	2,148	0,072	0,200	0,129	0,719	1,075
	Confia Muito	-0,245	0,250	0,963	0,326	0,782	0,362	0,268	1,825	0,177	1,436	-0,151	0,244	0,384	0,535	0,860
Partidos Políticos	Confia Mais ou Menos	0,375	0,158	5,621	0,018	1,455	-0,018	0,159	0,013	0,908	0,982	0,212	0,174	1,480	0,224	1,236
	Confia Muito	-0,720	0,771	0,872	0,350	0,487	0,083	0,383	0,047	0,828	1,087	0,577	1,254	0,212	0,645	1,781
Poder Judiciário	Confia Mais ou Menos	0,233	0,184	1,606	0,205	1,262	0,220	0,201	1,192	0,275	1,246	0,146	0,160	0,824	0,364	1,157
	Confia Muito	0,494	0,269	3,377	0,066	1,640	0,196	0,270	0,528	0,467	1,216	-0,025	0,344	0,005	0,943	0,976
Igreja	Confia Mais ou Menos	0,604	0,223	7,320	0,007	1,829	0,372	0,291	1,639	0,200	1,451	-0,100	0,237	0,179	0,672	0,905
	Confia Muito	0,579	0,234	6,095	0,014	1,784	0,118	0,280	0,178	0,673	1,126	-0,031	0,245	0,016	0,900	0,970
Masculino		-0,335	0,135	6,121	0,013	0,716	-0,275	0,137	4,004	0,045	0,760	-0,279	0,133	4,405	0,036	0,756
Fundamental Incomp.		0,042	0,328	0,016	0,899	1,042	-0,206	0,220	0,880	0,348	0,814	-0,139	0,302	0,210	0,646	0,870
Fundamental Comp. / Médio Incomp.		0,523	0,323	2,630	0,105	1,687	0,205	0,234	0,762	0,383	1,227	0,287	0,302	0,903	0,342	1,333
Médio Comp. / Superior Incomp.		1,198	0,403	8,862	0,003	3,315	0,754	0,269	7,877	0,005	2,126	0,298	0,299	0,991	0,319	1,347
Superior Comp.		1,048	0,368	8,093	0,004	2,851	1,173	0,557	4,432	0,035	3,232	0,806	0,354	5,183	0,023	2,239
Idade		0,009	0,005	3,551	0,060	1,009	0,016	0,005	10,572	0,001	1,016	0,007	0,005	2,152	0,14235	1,007
Constante		-1,376	0,450	9,351	0,002	0,252	-1,138	0,425	7,170	0,007	0,320	-0,530	0,438	1,462	0,227	0,589
Qui quadrado		7,0					7,1					6,1				
N2 Nagelkerke		0,090					0,086					0,032				
% de acerto		59,2					62,6					55,3				
Log de pseudo-verossimilhança		1302,6					1247,4					1326,8				

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Tabela 3: Modelo de Regressão Logística dos Efeitos das Variáveis de Confiança Política e Socioeconômicas no Chile (1996,2006 e 2017)

Chile		1996					2006					2017				
		B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Congresso	Confia Mais ou Menos	0,844	0,209	16,350	0,000	2,326	0,067	0,181	0,137	0,712	1,069	0,066	0,176	0,142	0,706	1,069
	Confia Muito	0,837	0,373	5,046	0,025	2,310	0,736	0,458	2,577	0,108	2,087	0,547	0,554	0,974	0,324	1,729
Forças Armadas	Confia Mais ou Menos	-0,415	0,191	4,721	0,030	0,660	0,107	0,224	0,230	0,631	1,113	-0,262	0,198	1,758	0,185	0,770
	Confia Muito	-1,450	0,238	37,023	0,000	0,235	-0,255	0,265	0,929	0,335	0,775	-0,442	0,266	2,759	0,097	0,643
Partidos Políticos	Confia Mais ou Menos	-0,094	0,169	0,305	0,581	0,911	0,215	0,165	1,696	0,193	1,239	0,439	0,183	5,740	0,017	1,552
	Confia Muito	0,852	0,522	2,664	0,103	2,345	0,999	0,563	3,147	0,076	2,715	0,290	0,797	0,132	0,716	1,336
Poder Judiciário	Confia Mais ou Menos	0,082	0,185	0,197	0,657	1,085	0,317	0,174	3,319	0,068	1,373	0,329	0,180	3,349	0,067	1,390
	Confia Muito	0,127	0,365	0,122	0,727	1,136	0,289	0,398	0,527	0,468	1,335	1,060	0,572	3,441	0,064	2,887
Igreja	Confia Mais ou Menos	-0,005	0,270	0,000	0,987	0,995	0,111	0,231	0,233	0,629	1,118	0,075	0,171	0,190	0,663	1,078
	Confia Muito	0,066	0,279	0,055	0,814	1,068	0,257	0,259	0,990	0,320	1,293	0,156	0,283	0,302	0,583	1,168
Masculino		-0,235	0,129	3,306	0,069	0,790	-0,418	0,131	10,212	0,001	0,658	-0,184	0,131	1,977	0,160	0,832
Fundamental Incomp.		0,725	0,331	4,787	0,029	2,065	0,345	0,323	1,139	0,286	1,412	0,300	0,370	0,660	0,417	1,350
Fundamental Comp. / Médio Incomp.		0,533	0,318	2,803	0,094	1,704	0,398	0,299	1,773	0,183	1,489	-0,416	0,317	1,721	0,190	0,660
Médio Comp. / Superior Incomp.		0,471	0,314	2,253	0,133	1,601	0,915	0,301	9,266	0,002	2,498	-0,410	0,315	1,702	0,192	0,663
Superior Comp.		0,686	0,333	4,237	0,040	1,986	1,137	0,310	13,418	0,000	3,118	-0,109	0,333	0,108	0,743	0,897
Idade		0,000	0,005	0,005	0,942	1,000	0,004	0,004	0,864	0,353	1,004	-0,005	0,004	1,425	0,233	0,995
Constante		-0,337	0,451	0,556	0,456	0,714	-0,867	0,419	4,284	0,038	0,420	0,718	0,355	4,097	0,043	2,050
Qui quadrado		7,8					12,1					22,5				
N2 Nagelkerke		0,094					0,083					0,600				
% de acerto		62,3					64,1					63,0				
Log de pseudo-verossimilhança		1401,1					1365,5					1388,2				

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Tabela 4: Modelo de Regressão Logística dos Efeitos das Variáveis de Confiança Política e Socioeconômicas na Colômbia (1996,2006 e 2017)

Colômbia		1996					2006					2017				
		B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
Congresso	Confia Mais ou Menos	-0,182	0,157	1,333	0,248	0,834	0,381	0,168	5,141	0,023	1,464	0,159	0,168	0,897	0,344	1,172
	Confia Muito	0,234	0,502	0,217	0,642	1,263	-0,186	0,325	0,327	0,568	0,831	0,666	0,402	2,748	0,097	1,946
Forças Armadas	Confia Mais ou Menos	-0,022	0,181	0,015	0,904	0,978	0,251	0,197	1,625	0,202	1,285	0,759	0,178	18,207	0,000	2,137
	Confia Muito	-0,248	0,249	0,988	0,320	0,781	0,357	0,225	2,506	0,113	1,429	0,804	0,210	14,693	0,000	2,235
Partidos Políticos	Confia Mais ou Menos	0,146	0,160	0,826	0,363	1,157	0,049	0,150	0,104	0,747	1,050	0,275	0,171	2,579	0,108	1,317
	Confia Muito	0,414	0,559	0,550	0,458	1,513	-0,444	0,385	1,330	0,249	0,641	2,129	1,032	4,261	0,039	8,410
Poder Judiciário	Confia Mais ou Menos	0,175	0,162	1,170	0,279	1,191	0,221	0,194	1,305	0,253	1,248	0,117	0,163	0,515	0,473	1,124
	Confia Muito	-0,047	0,332	0,020	0,888	0,954	0,802	0,289	7,723	0,005	2,230	-0,418	0,351	1,416	0,234	0,658
Igreja	Confia Mais ou Menos	0,102	0,226	0,202	0,653	1,107	0,118	0,222	0,283	0,595	1,125	-0,085	0,220	0,150	0,698	0,918
	Confia Muito	-0,087	0,240	0,131	0,718	0,917	-0,104	0,225	0,212	0,645	0,902	-0,042	0,229	0,033	0,856	0,959
Masculino		-0,058	0,125	0,212	0,645	0,944	-0,167	0,130	1,643	0,200	0,846	0,011	0,134	0,006	0,937	1,011
Fundamental Incomp.		0,329	0,411	0,640	0,424	1,389	0,175	0,204	0,737	0,391	1,191	-0,104	0,229	0,205	0,651	0,901
Fundamental Comp. / Médio Incomp.		0,731	0,398	3,369	0,066	2,076	0,246	0,201	1,492	0,222	1,279	-0,004	0,246	0,000	0,986	0,996
Médio Comp. / Superior Incomp.		0,858	0,422	4,136	0,042	2,358	1,001	0,489	4,197	0,041	2,722	0,653	0,331	3,880	0,049	1,921
Superior Comp.		0,709	0,403	3,089	0,079	2,032	0,663	0,279	5,628	0,018	1,940	0,516	0,248	4,305	0,038	1,675
Idade		0,006	0,005	1,414	0,234	1,006	0,020	0,005	14,932	0,000	0,020	0,016	0,005	11,602	0,001	1,016
Constante		-0,503	0,507	0,982	0,322	0,605	-1,333	0,347	14,734	0,000	0,264	-1,130	0,383	8,703	0,003	0,323
Qui quadrado		13,7					21,5					12,6				
N2 Nagelkerke		0,023					0,065					0,103				
% de acerto		61,5					61,7					65,2				
Log de pseudo-verossimilhança		1491,4					1387,4					1339,9				

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Considerações finais:

Neste artigo buscamos de uma maneira geral compreender os reflexos da confiança política no apoio à democracia. As recentes mobilizações e questionamentos a respeito do funcionamento de partidos e instituições representativas trazem indagações a respeito do comportamento político dos cidadãos perante ao funcionamento da democracia. Os dados apresentados neste estudo apontam que o sistema político destes países conta com uma taxa de aderentes a regimes democráticos equivalente aos números observados nos primeiros anos de democracia. Como também há uma estabilidade da porcentual de cidadãos que são indiferentes ou que não apoiam diretamente a democracia. Esses dados colocam em questionamento o pressuposto central da cultura política de que ao decorrer dos anos democráticos o desempenho das instituições fortaleceria os vínculos dos cidadãos com o regime democrático.

Conforme a literatura sobre apoio destaca, o vínculo entre os cidadãos e o regime pode estar interligado com o conceito de confiança política, pois uma vez que os cidadãos se identificam com as instituições porque há o desenvolvimento de um respaldo da credibilidade do funcionamento destas instituições representativas. Os dados da regressão demonstram efeito da variável confiança para alguns casos, mas não é possível observar o efeito longitudinal desta variável nos modelos. Logo podemos aferir que em certos momentos a confiança apresenta efeito explicando em alguma instância o apoio à democracia. Mas em outros momentos o apoio ou afastamento dos sistemas democráticos não conseguem ser explicados por esse conceito. Com isso

destacamos a necesidad de avanzarnos na agenda de estudos a respeito da comprensión do comportamento político, inserindo novas metodologías e formas de olhar para o objeto e tamén buscando combinar novos conceptos que consigan auxiliar no proceso de comprensión do apoio político en países da América Latina.

Referências Bibliográficas:

ALMOND, G.; VERBA, S. (1970). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.

BALLEN-RODRIGUEZ, J. S. (2018). *Gobierno, Ilustración y Violencia: Una mirada a la "Transición Política" en Colombia desde el proyecto "atemperado" de la emancipación*. Univ. philos., Bogotá , v. 35, n. 71, p. 113-143.

CAPELATO, M. H. (2006). *Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história*. Revista Clio, n.24.1.

CODATO, A. N. (2005) *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 25, p. 83-106.

EASTON, D. (1965). *A systems analysis of political life*.

FRIDERICHS, L. E. (2017). *Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas*. AEDOS, v. 9, n. 20, p. 439-455.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. (2019). *Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina*. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 28, p. 7-32.

FUKS, M.; PAULINO, R. O.; CASALECCHI, G. A. (2018). *Socialization and Political Regimes: the Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America*. Brazilian Political Science Review, v.12, n.1.

GARRETON M, M. A.; GARRETON, R. (2010). *La democracia incompleta en Chile: La realidad tras los rankings internacionales*. Rev. cienc. polít., Santiago , v. 30, n. 1, p. 115-148.

GARRETON, M. A. M. (2015). *La democratización política en Chile transición, inauguración y evolución*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, v.4, n.1.

GUZMAN MENDOZA, C.; GONZALEZ ARANA, R.; EVERSLEY TORRES, F. (2017). *Liberalización y re-democratización. De la representación a la participación política en Colombia a veinticinco años de la Constitución de 1991*. Hist. Caribe, Barranquilla , v. 12, n. 31, p. 327-353.

HUNNEEUS, C.; MALDONADO, L. (2003). *Demócratas y nostálgicos del antiguo régimen. Los apoyos a la democracia en Chile*. Reis, 9-49.

HUNTINGTON, S. (1994). *La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós.

INGLEHART, R. (1988). *The renaissance of political culture*. American political science review, v. 82, n. 4, p. 1203-1230.

INGLEHART, R. (1997). *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press.

JORGE, J. E. (2009). *Cultura política y democracia en Argentina*. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Tradução: Renato Aguiar. Zahar: Rio de Janeiro.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. JHU Press.

LOPES, D. M. N. N. (2004). Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública, Campinas*, v. 10, n. 1, p. 162-187.

MOISÉS, J. Á. (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 23, n. 66.

MOISÉS, J. Á. (2010). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Edusp.

MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R.; PARTE, IIQUE. (2013). *A Desconfiança Política e seus Impactos na Qualidade da Democracia—o caso do Brasil*. São Paulo: Edusp.

MOULIAN, T. (1994). Limitaciones de la transición a la democracia en Chile. *Proposiciones, Santiago de Chile*, v.25, p. 25-33.

NORRIS, P. (1999). Introduction: the growth of critical citizens?. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. New York: Oxford University Press.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. (1988). *Transiciones desde un gobierno autoritário. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós.

PAREDES, J. P. (2011). Ciudadanía, Participación y Democracia Deuda y Déficit en los 20 años de "Democracia" en Chile. *Polis, Santiago*, v. 10, n. 28, p. 473-499.

PATEMAN, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

PEREZ BENAVIDES, A. C.; VARGAS ALVAREZ, S. (2019). Historia Pública e investigación colaborativa: perspectivas y experiencias para la coyuntura actual colombiana. *Anu. colomb. hist. soc. cult.*, Bogotá, v. 46, n. 1, p. 297-329.

POLLACHI, N. (2017). *De Estado falido a país do futuro: a coalizão multinível que transformou a política de segurança da Colômbia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. (2005). Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93.

SANTOS, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos - CEBRAP, São Paulo*, n. 79, p. 71-94.

SILVA, C. (2019). Confiança política e qualidade da democracia: um debate teórico sobre o desempenho institucional. *Leviathan, São Paulo*, n.15, p.100-121;

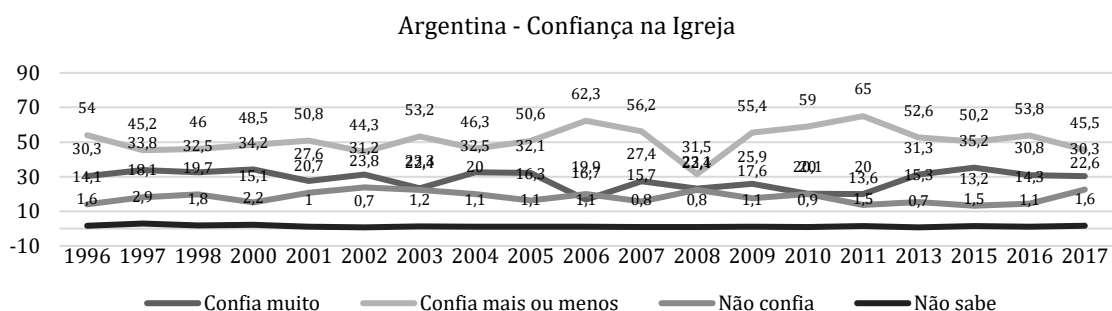
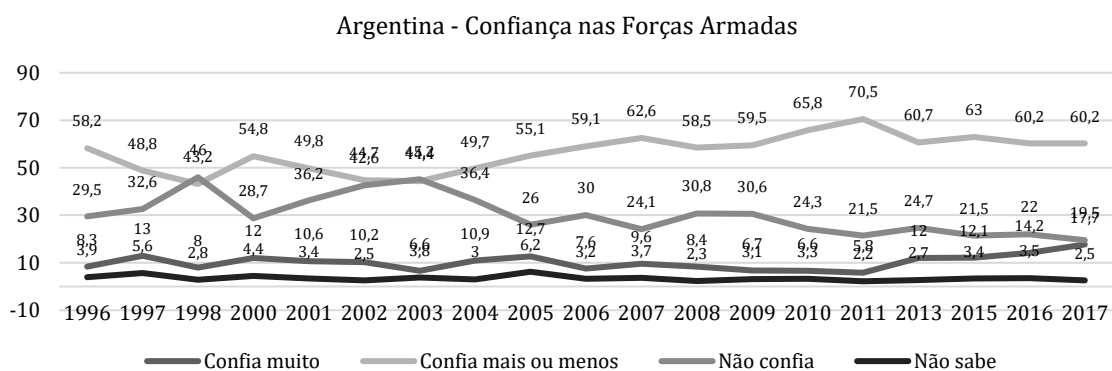
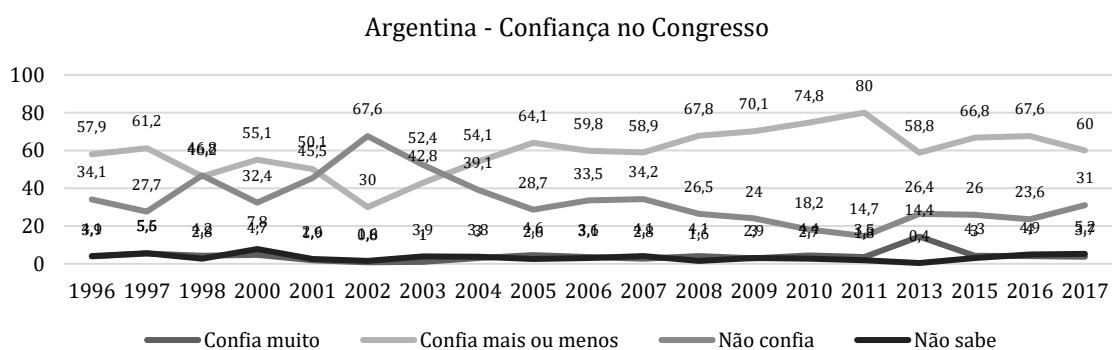
SILVA, C. G. da. (2017). Confiança política e qualidade da democracia: um debate teórico sobre o desempenho institucional. Leviathan, São Paulo, n.15, p.100-121.

VILLA, Rafael Duarte (2013). Colômbia: Um país em transformação. Revista Nossa América, São Paulo, p.47 - 52.

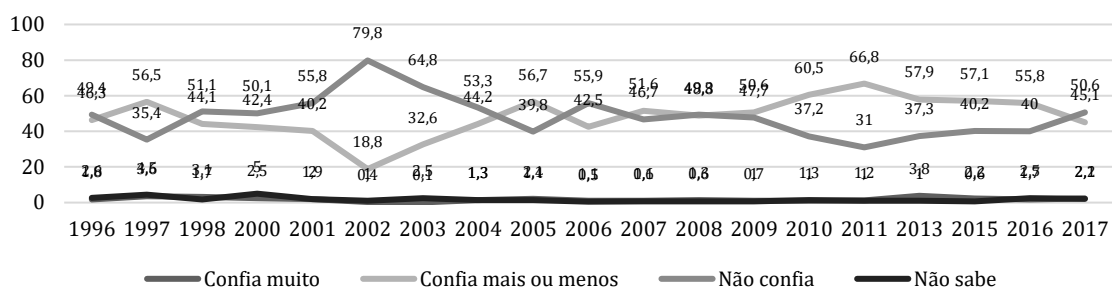
APÊNDICE

Dados longitudinais de Confiança em Instituições para Argentina, Brasil, Chile e Colômbia

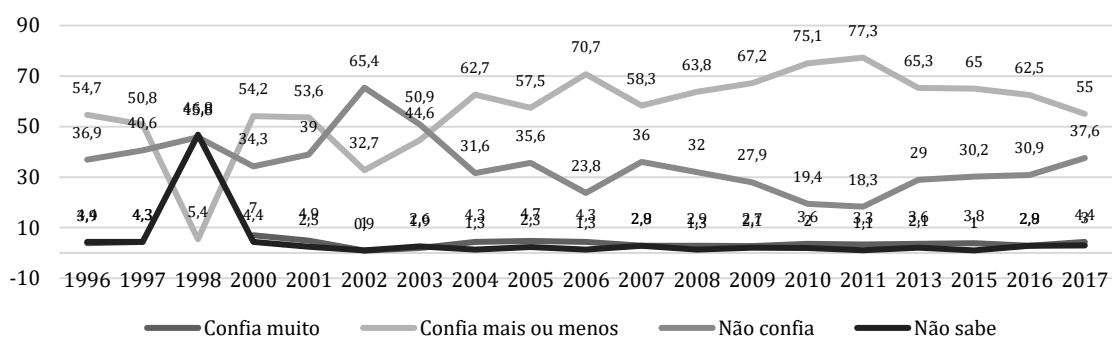
Gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 – Percentuais de Confiança nas instituições na Argentina (1996-2017)



Argentina - Confiança nos Partidos Políticos



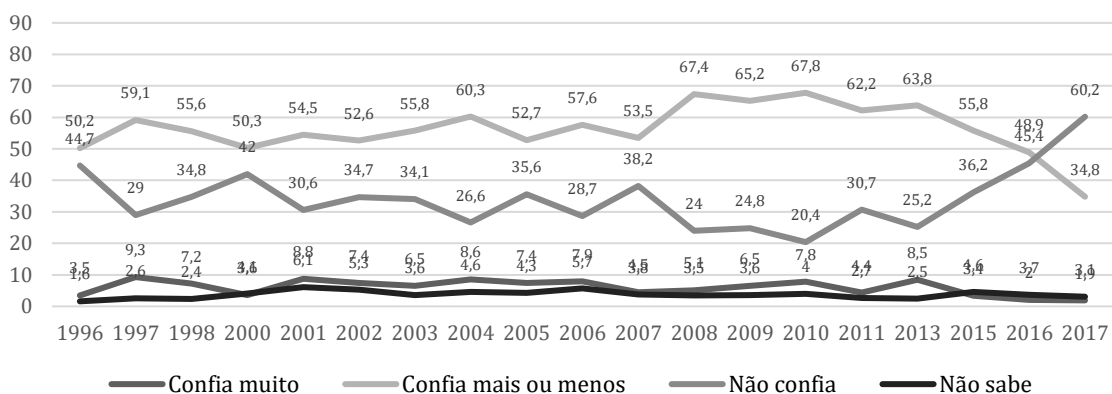
Argentina - Confiança no Poder Judicial



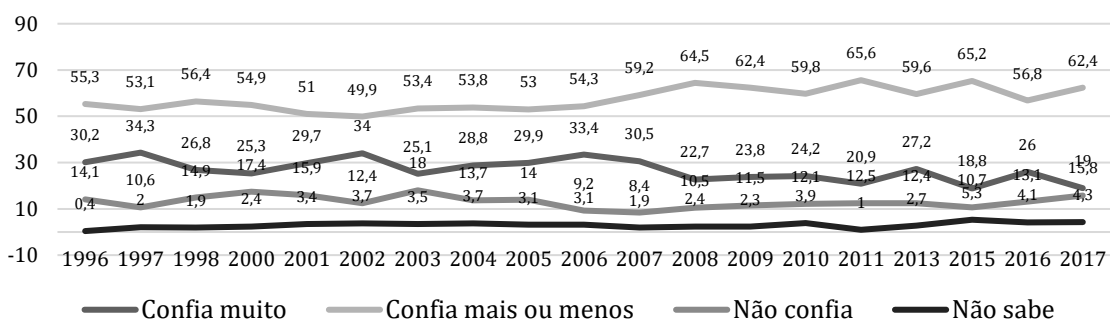
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Gráficos 6, 7, 8, 9 e 10 – Percentuais de Confiança nas instituições no Brasil (1996-2017)

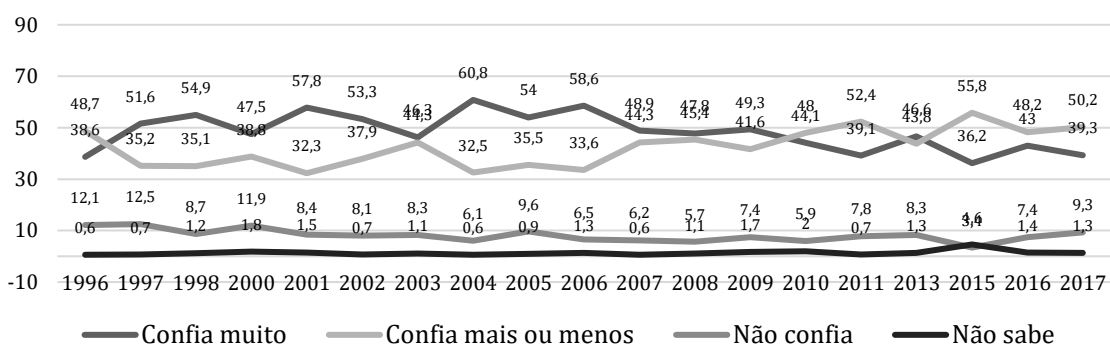
Brasil - Confiança no Congresso



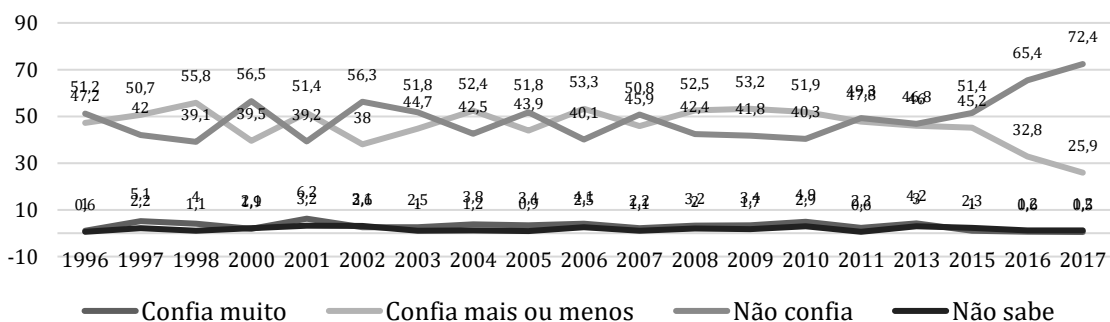
Brasil - Confiança nas Forças Armadas



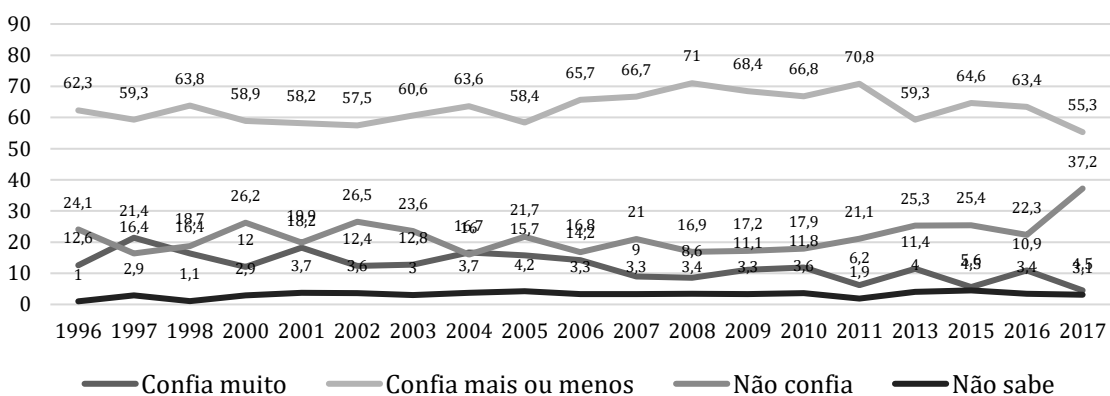
Brasil - Confiança na Igreja



Brasil - Confiança nos Partidos Políticos



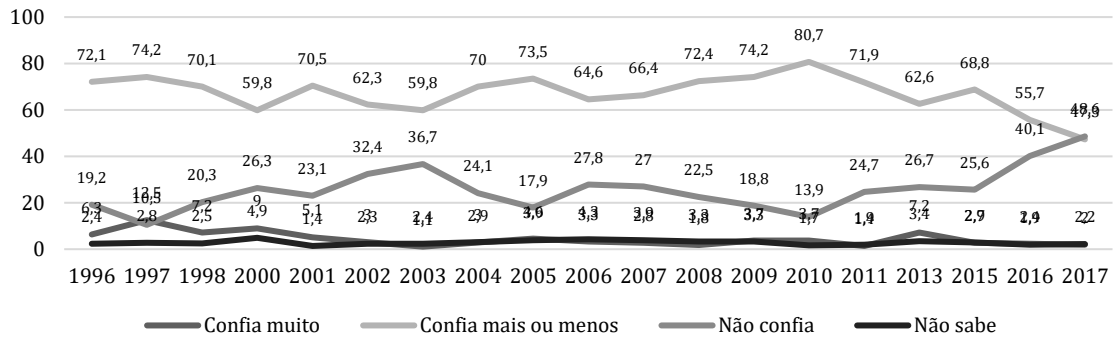
Brasil - Confiança no Poder Judicial



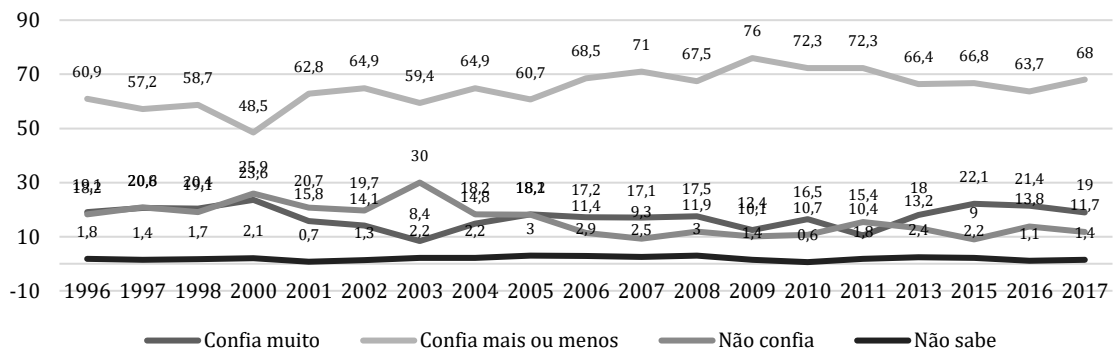
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Gráficos 11, 12, 13, 14 e 15– Percentuais de Confiança nas instituições no Chile (1996-2017)

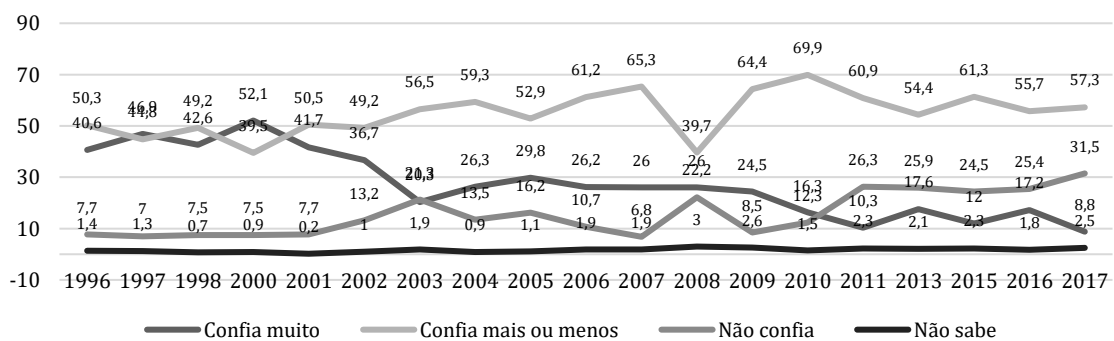
Chile - Confiança no Congresso



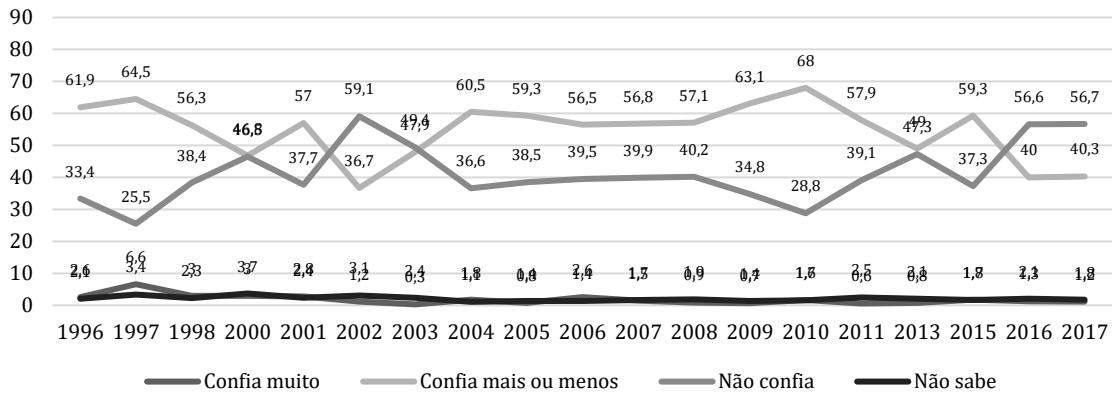
Chile - Confiança nas Forças Armadas



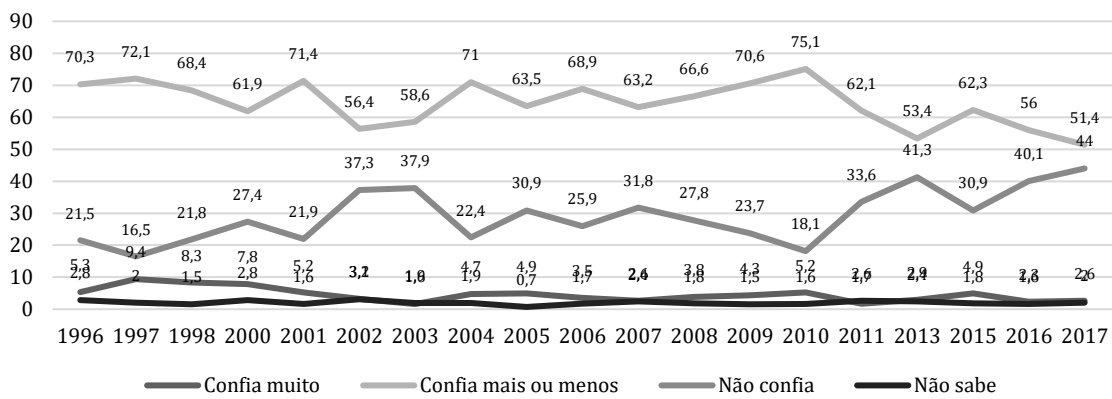
Chile - Confiança na Igreja



Chile - Confiança nos Partidos Políticos



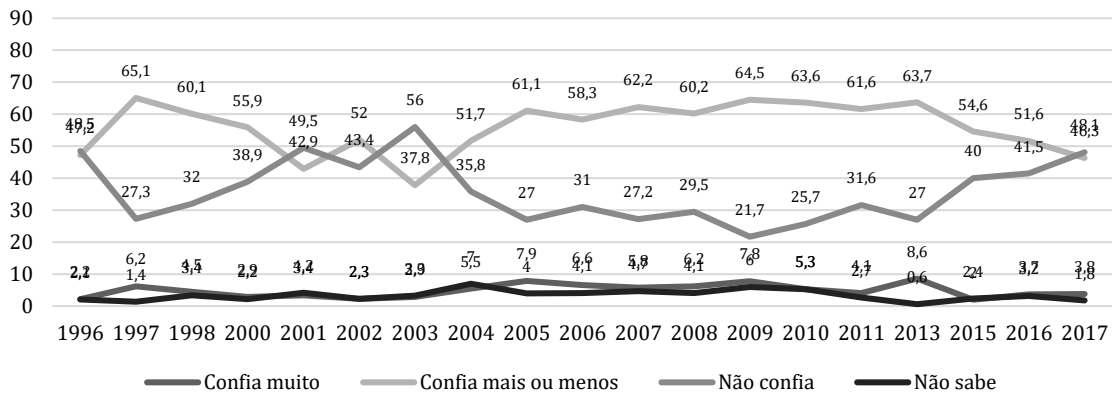
Chile - Confiança no Poder Judicial



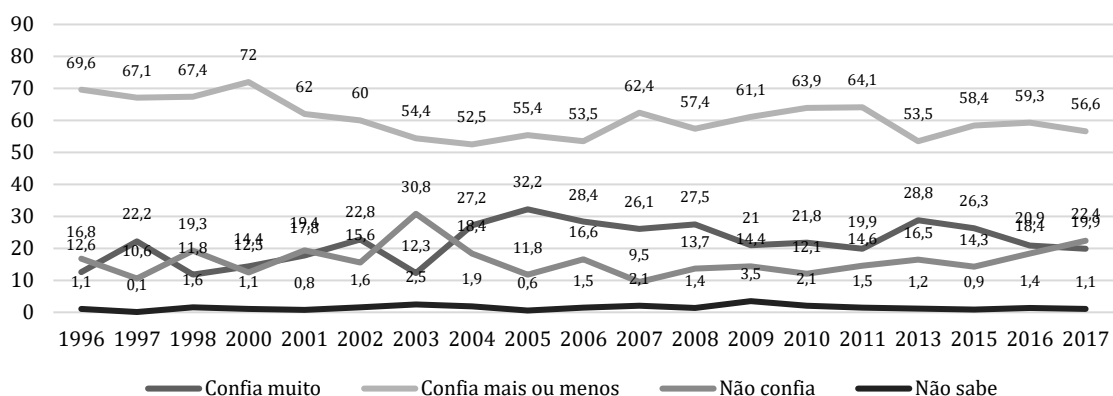
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarómetro.

Gráficos 16,17, 18, 19 e 20 – Percentuais de Confiança nas instituições no Chile (1996-2017)

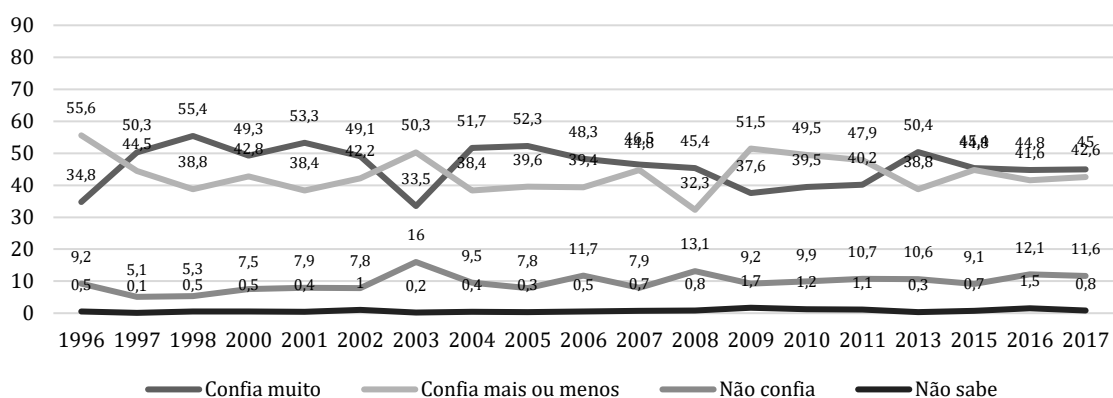
Colômbia - Confiança no Congresso



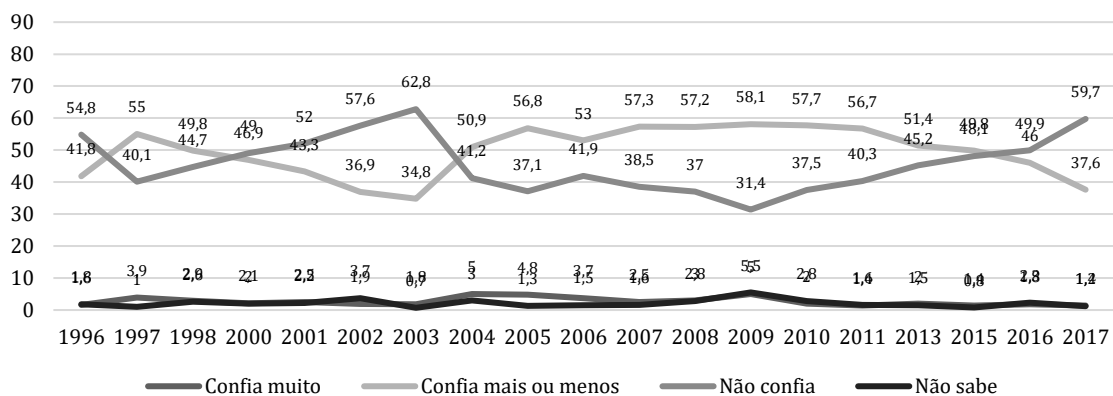
Colômbia - Confiança nas Forças Armadas



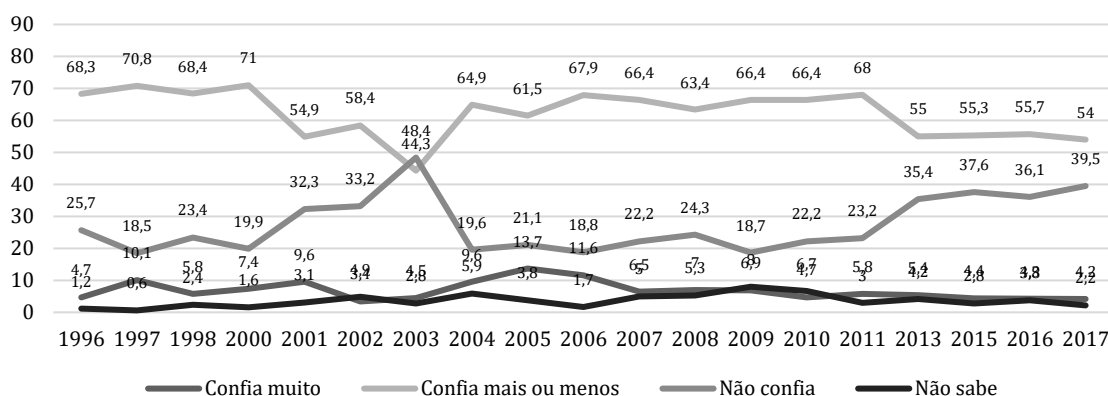
Colômbia - Confiança na Igreja



Colômbia - Confiança nos Partidos Políticos



Colômbia - Confiança no Poder Judicial



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do survey do Latinobarômetro.

ANEXO: Variáveis do Modelo de Regressão Logística

Variável Dependente: Apoio à democracia (“A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” = 1); Não apoia a democracia (“Tanto faz um regime democrático ou um não democrático” + “Em algumas circunstâncias, uma ditadura pode ser preferível a um governo democrático” = 0).

Variáveis independentes:

Confiança no Congresso, nas Forças Armadas, na Igreja, nos Partidos Políticos e no Poder Judiciário: “não confia = 1”; “confia mais ou menos + confia pouco = 2”; “confia muito = 3”).

Gênero: “masculino = 0”; “feminino = 1”.

Escolaridade: “analfabeto/ nunca frequentou escola + primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental) = 1”; “primário completo (4ª série do ensino fundamental) + ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental) = 2”; “ginásio completo (8ª série do ensino fundamental + colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio) = 3”; “colegial completo (3ª série do ensino médio) + ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio) = 4”; “ensino universitário completo + pós-graduação ou mais = 5”.